2

Desenvolvimento e Autonomia: o exemplo das práticas socioespaciais da Ocupação Manoel Congo – MNLM

Meu movimento é de lagarta, sigo em frente e volto (Gonzaguinha)

O presente capítulo tem como objetivo fazer uma discussão no sentido de (re)construir o conceito de desenvolvimento a partir da autonomia como princípio *ético* e *político* norteador (SOUZA,1996), tendo em vista a experiência do movimento social urbano MNLM (Movimento Nacional de Luta pela Moradia), mais especificamente da Ocupação Manoel Congo.

É importante deixar claro que não figura entre nossos objetivos uma análise da complexidade das relações socioespaciais da Ocupação Manoel Congo. Neste capítulo buscamos na dinâmica da referida ocupação um exemplo de movimento de resistência que se abre para a possibilidade de uma nova perspectiva de desenvolvimento.

Para cumprir com o objetivo proposto para o capítulo, dividimos em três subcapítulos. No primeiro, faremos uma breve crítica ao atual modelo de desenvolvimento e seus desdobramentos na construção da realidade material, estruturalmente desigual, e de imaginários sociais fundamentais para a reprodução da sociedade. Já o segundo será dedicado ao espaço como dimensão fundamental para a compreensão da realidade e, portanto, para a superação das concepções reducionistas de desenvolvimento. Na terceira e última parte, traremos à luz algumas práticas socioespaciais realizadas na Ocupação, a fim de compreender as possibilidades de construção de espaços de autonomia no contexto do movimento social urbano.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1212357/CA

2.1.

Desenvolvimento: as raízes da tríade ocidente-modernidade-capitalismo

Para autores como Souza (1996) e Castoriadis (1987), o período Pós-Segunda Guerra Mundial é um marco para a difusão das teorias do desenvolvimento. O crescimento econômico passou a ser a solução para os problemas que assolavam a sociedade. A fome, a pobreza e a miséria seriam resolvidas com o desenvolvimento da capacidade produtiva que consequentemente levariam ao aumento do emprego e do consumo. O desenvolvimento técnico-científico e os novos métodos de regulação econômica keynesianos seriam capazes de promover o desenvolvimento em escala mundial. A falta de crescimento econômico passa a ser apontada como principal problema dos países do chamado Terceiro Mundo e, como solução, emerge o receituário desenvolvimentista: ajustes econômicos por meio de investimento de capital estrangeiro para criação de "polos de desenvolvimento". As sociedades industriais ocidentais tornam-se o modelo a ser seguido e todas as demais formações sociais são concebidas como atrasadas (CASTORIADIS, 1987).

Constrói-se uma concepção economicista e etapista de desenvolvimento, no qual o subdesenvolvimento é entendido como uma etapa em direção ao desenvolvimento, ignorando a relação histórica de exploração entre os chamados desenvolvidos e o resto do mundo. De fato, após sete décadas de "desenvolvimentismo" o que se difundiu não foi o progresso e a prosperidade, pelo contrário. A miséria e a pobreza transbordam as fronteiras do Terceiro Mundo, chegando cada vez mais forte no interior dos "países desenvolvidos".

Entretanto, o discurso do desenvolvimento não perdeu a sua vitalidade, surge como uma nova "roupagem" ideológica fundamentada na ampliação da liberdade individual e na livre iniciativa, integrado à dinâmica dos fluxos comerciais controlados pelo sistema financeiro internacional, sem perder o caráter evolucionista e positivo do passado (SEN, 2000). Nesse sentido, uma crítica a tal modelo de desenvolvimento deve estar atenta aos processos materiais e

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1212357/CA

simbólicos que garantem a sua reprodução, bem como compreender aonde fincam as suas raízes.

De acordo com Castoriadis (1987), desenvolvimento pressupõe mudança, transformação. “É o processo de efetivação do virtual”; sendo assim, implica a definição de uma “maturidade”, de uma norma natural a ser buscada. Tal concepção só é concebível no interior de uma cultura na qual o “progresso”, a “expansão”, o “crescimento” assumem um valor positivo – as sociedades ocidentais. Estas passam a se autodenominar “desenvolvidas”, modelo para o mundo inteiro e os outros países ou sociedades passam a figurar um estágio abaixo e seus problemas são vinculados à existência de “obstáculos ao desenvolvimento”.

A ascensão das sociedades ocidentais não pode ser compreendida fora dos marcos da modernidade, do surgimento do modo de produção capitalista, da burguesia como classe dominante e portadora de uma nova significação imaginária social. “A ela correspondem novas atitudes, valores e normas, uma nova definição social da realidade e do ser, daquilo que conta e daquilo que não conta” (CASTORIADIS, 1987, p. 149).

É nesse novo contexto material e simbólico que o desenvolvimento exprime a ideologia do progresso, de crescimento ilimitado da produção e das forças produtivas. O Ocidente moderno não conhece limites, “consiste em estabelecer a “razão” como soberana, entende a “razão” como racionalização, e a racionalização como quantificação. (...) A forma/norma que orienta o ‘desenvolvimento’ social e histórico é a das quantidades crescentes” (CASTORIADIS, 1987, p. 169).

O surgimento de um novo universo de significações imaginárias sociais no qual o desenvolvimento histórico e social é um desdobramento indefinido, quantitativamente crescente, que acompanha as necessidades estruturantes do modo de produção capitalista, uma vez que só é possível a reprodução do capital de forma ampliada (MARX, 1975). Sendo assim, não podemos separar o cotidiano e os significados que atribuímos às nossas práticas sociais das relações e concepções sociais capitalistas. Segundo Harvey (2006, p.27),

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1212357/CA

> es solamente cuando la vida diária há sido abierta totalmente hacia la circulación del capital y cuando lós sujetos políticos tienen su visión casi enteramente circunscripta com uma concepción arraigada em que la circulación del capital puede funcionar com significados afectivos y com legitimidad como su suporte. Bajo tales circunstancias el cuerpo se convierte em uma "estrategia de acumulación" y todos vivimos nuestras vidas debajo del signo de esta condición.

O processo de ocidentalização do mundo está intimamente relacionado à expansão contínua do capitalismo. Em meados do século XIX, Marx e Engels destacavam o caráter expansionista e universalizante do capital.

> através da exploração do mercado mundial, a burguesia deu um caráter cosmopolita à produção e ao consumo de todos os países. Para grande pesar dos reacionários, retirou debaixo dos pés da indústria o terreno nacional. As antigas indústrias nacionais foram destruídas e continuam a ser destruídas a cada dia. São suplantadas por novas indústrias, cuja introdução se torna uma questão de vida ou morte para todas as nações civilizadas – indústrias que não mais empregam matérias-primas locais, mas matérias-primas provenientes das mais remotas regiões, e cujos produtos são consumidos não somente no próprio país, mas em todas as partes do mundo. (...) Em lugar da antiga auto-suficiência e do antigo isolamento local e nacional, desenvolve-se em todas as direções um intercâmbio universal, uma universal interdependência entre as nações (2008, p. 49).

Impulsionado pela necessidade de reprodução ampliada e graças ao desenvolvimento técnico e científico, o capital torna o mundo inteiro arena para reprodução das relações de produção. Mas o processo de ocidentalização não se resume a isto. O capitalismo se desenvolve como modo de produção material e espiritual, como processo civilizatório universal (IANNI, 1993). O ocidente se impõe também pelas ideias, pela difusão "de modelos de crescimento e de desenvolvimento, pelas estruturas estatais, etc., que, criadas por ele, hoje estão reproduzidas em toda a parte" (CASTORIADIS, 1987, p.167).

Autores como Hall (2002) e Said (2002) nos alertam para o fato de o ocidente ser vitorioso não apenas pela violência de sua expansão mercantil/colonial, mas também graças a processos de coerção, manipulação e dominação, cujas raízes estão em matrizes discursivas (produção de conhecimento e cultura) que expressam as relações de poder no interior da sociedade. O estabelecimento de um padrão único de comparação entre as sociedades, a perspectiva evolutiva e positiva do desenvolvimento, a elaboração de uma concepção de oriente (orientalismo) que é, na verdade, uma representação comprometida com a cultura que a produziu (a ocidental), ajudam a construir a própria concepção do que é Ocidente, bem como estabelecem uma complexa

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1212357/CA

relação de dominação do "Ocidente e o Resto", na qual a produção de conhecimento e cultura cumpre papel fundamental no exercício dessa hegemonia.

Podemos então compreender que a ideia de desenvolvimento surge em um contexto sócio-histórico específico, o surgimento do modo de produção capitalista, mergulhado no caldo cultural da modernidade, tudo isso dentro de uma entidade histórico-geográfica chamada de Ocidente (SOUZA, 1996). É sob essa tríade (ocidente-modernidade-capitalismo) que devemos compreender o mundo contemporâneo, na qual cada parte constitui "determinantes determinados" (MÉSZÁROS, 2008) no processo de constituição do real.

Conscientes dos componentes genealógicos do ideário de desenvolvimento, assim como Souza (1996) não pretendemos abandonar todo esforço de construção teórica e formulação estratégica em torno do desenvolvimento, mas, como o autor, acreditamos ser necessário superar o comprometimento etnocêntrico em relação ao ocidente, o caráter heterônomo de uma conceituação fechada de desenvolvimento e a sua vinculação à reprodução ampliada de capital. Ainda para o mesmo autor, as bases para tal superação encontram-se no solo cultural da própria modernidade, uma vez que, em maior ou em menor intensidade, a totalidade da humanidade está sob influência do ocidente, sendo assim, os meios que vêm sendo utilizados para opor-se a essa dominação nascem do próprio seio da modernidade. Cada sociedade irá combinar tais meios com as formas de cultura, vida e trabalho peculiares a cada povo, conferindo novos significados aos meios originários do Ocidente (IANNI, 1993).

É nesse sentido que, influenciados por Souza (1996), advogamos a favor de uma teoria aberta do desenvolvimento a qual "ao invés de definir de uma vez por todas (...) o que seja desenvolvimento, cabe tão somente (o que, porém, não é tão pouco) extrair um princípio norteador" (p. 9). A autonomia surge no interior da modernidade como projeto de emancipação do homem ainda não realizado, sendo assim, contem em si princípios éticos e políticos que possibilitam o respeito e autodeterminação de cada coletividade sob suas próprias bases culturais e materiais.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1212357/CA

Ademais, resgatamos o caráter revolucionário do ideário de autonomia evidenciado por Castoriadis (1987), o qual a concebe não como ideia filosófica ou epistemológica, mas como ideia essencialmente política comprometida com o processo de autotransformação da sociedade.

2.2.

O espaço enquanto categoria fundamental para compreensão da realidade

Na busca de uma compreensão do espaço geográfico é fundamental levar em consideração a importância deste enquanto categoria universal e em interação inalienável com o tempo, na medida em que "toda ação social se realiza num espaço determinado, num período de tempo preciso" (CARLOS, 2011, p. 13). Sendo assim, espaço e tempo fazem parte de uma mesma realidade: a realidade material. Os significados objetivos de espaço e tempo só podem ser atribuídos se levarmos em conta as práticas e processos materiais que servem à reprodução da vida social (HARVEY, 2006b). De forma alguma, pretendemos negligenciar a dimensão imaterial e subjetiva do espaço, entretanto, compreendemos que as práticas e processos materiais estão em interação inexorável com a produção dos sentidos e símbolos que animam as práticas sociais.

O espaço e o tempo têm, simultaneamente, uma dimensão absoluta e uma dimensão relativa. Absoluta uma vez que toda ação social se dá no tempo e no espaço, e relativa enquanto propriedades concretas condicionadas pelas práticas e processos materiais em movimento.

Nessa perspectiva, espaço e tempo se apresentam na análise geográfica em sua indissociabilidade, na qual "as relações sociais se realizam na condição de relações espaciais, o que significa que a análise geográfica revela o mundo como prática socioespacial" (CARLOS, 2011, p. 13).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1212357/CA

O espaço é produto da relação sincrônica e diacrônica do homem com a natureza, no processo de produção da vida social, "do modo como o trabalho se divide a partir da hierarquização do grupo, de sua orientação, das relações de propriedade que comandam a divisão de seus frutos, a técnica e o conhecimento" (CARLOS, 2011, p. 24), ou seja, em um determinado modo de produção. Sendo assim, "o ato de produzir é o ato de produzir o espaço – isto é, a produção do espaço faz parte da produção das condições materiais objetivas da produção da história humana" (CARLOS, 2011, p. 17).

Entretanto, espaço não é apenas produto da sociedade é também meio e condição de sua reprodução. De acordo com Lefebvre (2006), produzir não significa somente produzir coisas, mas também reproduzir as relações sociais de dominação que as tornam possível dentro de um modo de produção específico. Para o autor, não são apenas as mediações abstratas como o direito que garantem a reprodução social, mas também mediações concretas e práticas como o espaço, na medida em que

> "o modo de produção organiza – produz – ao mesmo tempo que certas relações sociais, seu espaço (e seu tempo). É assim que ele se realiza, posto que o modo de produção projeta sobre o terreno estas relações, sem todavia deixar de considerar o que reage sobre ele. Certamente, não existiria uma correspondência exata, assinalada antes entre as relações sociais e as relações espaciais (ou espaço-temporais)" (LEFEBVRE apud CARLOS, 2011, p. 32).

Podemos então concluir que o espaço em sua inexorável relação com o tempo é simultaneamente condição, meio e produto da sociedade. No modo de produção capitalista o espaço é expressão material e simbólica da organização e da oposição entre as classes sociais, dos processos de produção e reprodução sociais que se realizam de forma desigual, combinadas e contraditórias no tempo e no espaço.

De acordo com Smith (1988), o desenvolvimento geográfico desigual e combinado tem como ponto de partida a contradição entre diferenciação e igualização que determinam a produção capitalista do espaço. A força homogeneizadora do capitalismo evidencia-se através da tendência, nunca realizada, de igualização das condições de produção e da universalização do trabalho abstrato na forma de valor. Em outras palavras, o capitalismo se expande

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1212357/CA

pelo mundo como modo de produção hegemônico, subordinando todos os demais modos de produção e sociedades à mercantilização e exploração do trabalho, à subordinação do valor de uso ao valor de troca, ou seja, à produção de mais valia e acumulação ampliada do capital.

Com o desenvolvimento dos transportes e da comunicação, ampliam-se as condições de generalização e igualização das condições de produção. No entanto, tal desenvolvimento permite aos capitalistas se desprenderem de algumas amarras espaciais como a proximidade de matérias primas e mercado consumidor e podem, a partir desse momento, usufruir e produzir novas diferenciações espaciais. A competição entre os capitalistas individuais e os avanços tecnológicos permite uma seletividade cada vez maior dos espaços para investimento do capital. Sendo assim, a "localização deveria ser considerada, da mesma forma que a inovação tecnológica, como uma fonte de mais-valia relativa" (SMITH, 1988, p. 191).

Podemos então perceber que as mesmas condições que proporcionam a generalização e igualização das condições de produção, também promovem diferenciação na medida em que os capitalistas individuais se apropriam de espaços diferenciados e desiguais para geração de mais valia. Assim, "a igualização das condições e do nível de produção é tanto um produto da universalização do trabalho abstrato como a tendência para a diferenciação" (SMITH, 1988, p. 175).

Soja (1983) destaca outro aspecto importante no que tange o desenvolvimento geográfico desigual, a "transferência geográfica de valor". Ela "pode ser definida como o mecanismo ou processo através do qual o valor produzido num local ou numa área é pelo menos parcialmente realizado e, por tanto, contribui para a acumulação localizada em outra parte" (p. 66).

Ainda segundo o mesmo autor, a transferência geográfica de valor (TGV) é tanto um produto como também força criadora do desenvolvimento geográfico desigual. A distribuição geográfica desigual, mas inter-relacionada, das condições e meios de produção são as bases da TGV. Essa conexão entre espaços diferenciados e hierarquicamente organizados possibilita a produção, circulação e

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1212357/CA

realização da mais valia de forma combinada em diferentes espaços, estabelecendo as bases para a estruturação hierárquica entre centro e periferia nas mais diferentes escalas geográficas.

É dessa forma que podemos compreender a teoria do desenvolvimento geográfico desigual e combinado como uma forma de integrar as singularidades de realidades específicas com os processos mais gerais de acumulação do capital (HARVEY, 2006). Dada a tendência universalizante do capital, do poder de expansão e de dominação da sociedade ocidental, praticamente a totalidade do espaço mundial possuiu uma interface com o processo de desenvolvimento capitalista.

As diferentes combinações entre processos gerais e mais específicos da acumulação capitalista se realizam de forma desigual no tempo e no espaço. Cada período da acumulação capitalista produzirá sua própria combinação e organização espacial, bem como cada espaço em particular possui um conjunto de determinações próprias, integrando não somente a escala mais geral da acumulação capitalista, mas também outras escalas intermediárias com suas próprias determinações.

Nesse sentido, se pretendemos tomar a Ocupação Manoel Congo como exemplo de prática socioespacial de resistência ao modelo de desenvolvimento hegemônico, é fundamental que levemos em consideração as interações existentes entre a referida ocupação e outras escalas, em um processo de dominação, negociação e resistência.

É preciso deixar claro que consideramos a escala não apenas como uma categoria analítica, mas, sobretudo, como categoria de prática. Isso significa compreendê-la como uma construção social, ou seja, prática socioespacial. Não podemos encarar a escala como algo ontológico, um dado *a priori*, mas buscar as dimensões escalares das práticas, bem como as suas relações (MOORE, 2008).

Assim, a política de escala está sempre ligada a projetos espaciais (tentativa de cristalizar certos arranjos socioespaciais na consciência e na prática) a fim de promover objetivos econômicos, políticos e culturais (todos relacionados). As práticas escalares surgem não apenas como dimensões espaciais

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1212357/CA

e materiais dos fenômenos, mas também como representações que estão inseridas num conjunto mais amplo de poder e lutas políticas (MOORE, 2008).

A escala é, portanto, objeto e meio para as lutas políticas. Os processos de (re) construção escalares alteram e expressam mudanças na geometria do poder social reforçando o poder e o controle de alguns e limitando o poder de outros (GONZÀLES, 2005). Nesse sentido, no atual período de globalização, com o desenvolvimento das tecnologias de transporte e comunicação, o poder não está no controle desta ou daquela escala, mas na capacidade dos atores sociais de articular múltiplas escalas em seu benefício (VAINER, 2001).

É nesse sentido que a escala como prática política constitui um conceito central na análise das práticas realizadas pelo MNLMRJ. A organização do movimento articulado em escala nacional, estadual e municipal, permite ao mesmo conjugar diversas estratégias escalares em negociação com o Estado e na busca por parceiros institucionais e de luta pela transformação social. Um exemplo dessas práticas é a negociação com a Caixa Econômica Federal em relação ao cumprimento das normativas para liberação do recurso para requalificação do imóvel. A burocracia característica do Estado burguês para implementação de políticas sociais é um dos maiores obstáculos a serem superados pelo MNLMRJ; para isto, o movimento tem como estratégia a atuação em varias escalas e a utilização de diversos métodos de luta como a negociação junto ao ministério das cidades e a Caixa Econômica Central em Brasília, a mobilização de rua junto à base, a parceria com outros movimentos sociais, ONG's e instituições públicas. Um exemplo foram os dias 28 de fevereiro e 1 março quando ocupamos a sede da Caixa Econômica Federal no Rio de Janeiro, enquanto a coordenação estadual do MNLMRJ se reunia com representantes do referido banco em Brasília para negociação de liberação dos recursos para as obras da Ocupação Manoel Congo, adiantamento para projeto da Ocupação 9 de Novembro, em Volta Redonda-RJ e Mariana Crioula, no bairro da Gamboa.

Para Smith (1988), na medida em que o capital produz o espaço e subordina a paisagem ao seu domínio, produz também uma hierarquia cada vez mais sistemática de escalas espaciais como expressão do caráter desigual do

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1212357/CA

desenvolvimento capitalista. É preciso acrescentar que no movimento de expansão do capitalismo, temos mais do que escalas organizadas hierarquicamente, mas também uma constante inter-relação entre as escalas como prática socioespacial.

Podemos então compreender a Ocupação Manoel Congo como a síntese de processos multiescalares. Encontra-se inserida na lógica mais geral de desenvolvimento geográfico desigual e combinado do capitalismo, como modo material e espiritual que produz um espaço urbano desigual e segregado. É fruto da organização da classe trabalhadora urbana em escala nacional através do Movimento Nacional de Luta pela Moradia. Por fim, está também relacionada à vida cotidiana e às práticas socioespaciais das famílias ocupantes do prédio. Esses diferentes níveis escalares possuem uma relação de mútua determinação, na qual não podemos imaginar qualquer um dos processos citados de forma isolada.

Nesse sentido, é mister evidenciar o contexto espaço-temporal no qual está inserida a Ocupação Manuel Congo. Como já salientamos, o espaço é produto, condição e meio para a (re) produção da sociedade, sendo tal concepção fundamental para a compreensão da produção do espaço urbano nos marcos da sociedade capitalista em geral e da cidade do Rio de Janeiro em particular.

O professor Alvaro Ferreira (2011), muito influenciado pelas concepções do filósofo Henri Lefebvre, alerta para não confundirmos o urbano e a cidade. O primeiro não exclui os processos gerais de produção, relações de propriedade e produção da sociedade capitalista de que é produto e condição, mas corresponde a uma realidade mais ampla, onde se desenvolvem as contradições e a cotidianidade do mundo moderno. Sendo assim,

> o urbano transcende a cidade e, nesse sentido, é possível afirmarmos que o espaço urbano envolve o material e o imaterial, o objetivo e o subjetivo, o sujeito e o objeto, ideologias e representações. Assim, as cidades estariam ligadas à materialidade do momento atual, que apresenta contradições em sua própria organização espacial. Contradições expostas nas formas espaciais, que carregam em si a questão simbólica produzida pelas ideologias e representações, através das atividades políticas, econômicas e culturais, influenciando a própria formação da sociedade (FERREIRA, 2011, p. 64).

Podemos entender o espaço urbano, mais especificamente, a cidade do Rio de Janeiro a partir de quatro categorias fundamentais: forma, função, estrutura e

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1212357/CA

processo. Para Santos (apud, CORREIA, 2011), tais categorias devem ser consideradas em conjunto, levando em conta as suas relações dialéticas. Sendo assim, se levarmos em conta a especificidade do espaço urbano, observaremos que as formas são a materialidade da cidade, relaciona-se a objetos ou a conjuntos de objetos que configuram a organização espacial da mesma. Entretanto, como sabemos, o espaço é socialmente produzido e como tal é impregnado de intencionalidades, desde a sua concepção passando pelo seu funcionamento. As funções são o papel ou papéis que cada forma ou conjunto de formas espaciais desempenha em um determinado contexto socio-histórico. Formas e funções surgem em meio a estruturas sociais (conjunto de técnicas, relações de propriedade e produção, etc) que as definem. Ademais, tais configurações espaciais estão em constante transformação, resultado das contradições inerente à própria dinâmica socioespacial, evidenciando o caráter processual da produção das cidades.

Em outras palavras, cada momento de transformação nas estruturas mais gerais da sociedade corresponde a um novo conjunto de formas e funções. É evidente que o caráter fixo dos objetos se coloca, muitas vezes, como obstáculo a novas necessidades e funções, por isso podemos afirmar que as estruturas herdadas são meio e condição para novos arranjos e ações.

É necessário, então, contextualizar as recentes mudanças ocorridas no espaço da cidade do Rio de Janeiro, as transformações que vêm ocorrendo nos marcos das relações sociais capitalistas e da acumulação de capital. De acordo com Santos (2009), vivemos hoje o período caracterizado pela ligação cada vez mais estreita entre técnica e ciência, na qual os objetos ganham um caráter cada vez mais informacional: devido "à extrema intencionalidade de sua produção e de sua localização, eles já surgem como informação; e, na verdade, a energia principal de seu funcionamento é também informação" (p. 238).

O chamado meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2009) é marcado pela difusão no espaço dos objetos técnico-informacionais (cabos de fibra óptica, portos, aeroportos, etc) que permitem uma aceleração sem precedentes do fluxo de todos os tipos. É importante salientar o caráter seletivo e

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1212357/CA

desigual de tal processo. Os espaços são cada vez mais hierarquizados em detrimento dos objetos técnico-informacionais que eles podem oferecer, ademais, não são todos os atores sociais que podem usufruir de tais benefícios, sendo distinguidos pela maior ou menor capacidade de utilização das informações. “Os espaços assim requalificados atendem, sobretudo, aos interesses dos atores hegemônicos da economia, da cultura e da política e são incorporados plenamente às novas correntes mundiais. O meio técnico-científico-informacional é a cara da geografia da globalização” (SANTOS, 2009, p. 239).

Voltamos então ao caráter geográfico desigual inerente ao modo de produção capitalista (SMITH, 1988 2005; SOJA, 1983). As novas tecnologias incorporadas ao território permitiram às empresas desatar algumas amarras locacionais, provocando um processo de maior especialização e desconcentração da produção. Por outro lado, tais tecnologias, fundamentalmente as informacionais, permitem um controle cada vez mais centralizado não apenas do processo produtivo, mas da circulação e do consumo. Tal relação entre desconcentração da produção e centralização/concentração de capital é fundamental para compreensão das transformações no espaço urbano contemporâneo.

As cidades, outrora égide da produção industrial, passam a ter cada vez mais o caráter de centros administrativos e de serviços (FERREIRA, 2011). Tal tendência vem sendo comprovada não apenas pelos novos padrões de localização industrial, que “fogem” das deseconomias de escala das grandes metrópoles em busca de vantagens relativas em pequenas e médias cidades (incentivos fiscais, desorganização da força de trabalho, menor custo do solo urbano, etc), mas também pelo novo modelo de planejamento e gestão urbanos que vem sendo empregado nas grandes cidades. Cada vez é mais comum encontrarmos nos projetos urbanísticos contemporâneos a construção de grandes centros empresariais e de gestão, dotados de infraestrutura de alta tecnologia de informação.

O turismo e o lazer também se destacam na nova morfologia das cidades. A construção de museus, obras de embelezamento e “refuncionalização” das áreas

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1212357/CA

centrais, valorização de patrimônio cultural de forma fetichizada são exemplos de como as cidades perdem sua centralidade na produção e passam para a esfera do consumo do espaço. Assim, nas palavras de Henri Lefebvre, "os lugares de lazeres, assim como as cidades novas, são dissociados da produção, a ponto dos espaços de lazeres parecerem independentes do trabalho e 'livres'. Mas eles encontram-se ligados aos setores do trabalho no consumo organizado, no consumo dominado" (2008, p. 50).

As cidades passam a cumprir um papel cada vez mais central não apenas na reprodução dos meios de produção (equipamentos urbanos de uso coletivo, infraestrutura de transporte e comunicação, fábricas, etc), mas, sobretudo, na reprodução das relações sociais de produção. "A racionalidade econômica tende a estender-se a toda a sociedade, assim o lugar da reprodução das relações de produção é também o cotidiano do trabalho e do lazer, que se encontra extremamente ligado ao consumo, isto é, os tempos livres são cada vez mais comercializados" (FERREIRA, 2011, p. 67).

Em outras palavras, as práticas sociais cotidianas são cada vez mais mediadas pela mercadoria. Trabalho, estudo e lazer têm seus valores de uso cada vez mais subordinados ao valor de troca, o espaço como um todo se torna uma mercadoria e as relações sociais passam a assumir o caráter de coisas, mercadorias no e do espaço. Esse automatismo, já destacado por nós anteriormente como a inexorabilidade do desenvolvimento em padrões de crescimento quantitativo da economia, contribui para a criação de condições pelas quais o modo de produção hegemônico continua se realizando.

Outro aspecto importante no que tange ao debate das cidades contemporâneas é o aumento da seletividade espacial por parte do capital. As diferenças entre os lugares e as possíveis vantagens comparativas assumem papel de destaque no mundo sob a égide do meio técnico-científico-informacional. Assim, nos dizeres de Santos (2009),

> o alargamento dos contextos possibilitado pela eficácia das redes torna também possível aquilo que Marx previa quanto ao uso do território: a diminuição da arena da produção e o alargamento da sua área. Os processos técnicos e científicos permitem produzir muito mais utilizando uma porção menor do

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1212357/CA

> espaço, graças aos enormes ganhos de produtividade. Esses mesmos progressos, que incluem as telecomunicações, permitem um intercâmbio ainda mais eficaz sobre áreas mais vastas. É sobre essa base que se edificam, ao mesmo tempo, a divisão social do trabalho, que reparte, e a cooperação, que unifica (p. 278).

A competição entre os lugares passa a ser a palavra de ordem. De fato, a redução das barreiras espaciais para a circulação de bens, pessoas, moedas e informações, intensificou ainda mais o vigor da concorrência interurbana para o desenvolvimento capitalista. É nesse contexto que ocorre o processo sintomático de reorientação das gorvernanças urbanas nas últimas décadas, passando a se orientar muito mais para a oferta de um "ambiente favorável aos negócios", oferecendo os mais diferentes conjuntos de insumos e incentivos para atrair capitais do que como regulador e administrador (HARVEY, 2005).

De acordo com Harvey (2005), esse processo é marcado pela transição de uma abordagem "administrativa", caracterizada pelo intervencionismo estatal na orientação dos fluxos e investimentos nas cidades, por uma abordagem "empreendedora", na qual as cidades devem ser administradas como empresas geridas de acordo com os princípios de eficiência máxima.

> Assim, assistimos a uma grande mudança no debate acerca dos problemas e questões urbanos. Ao que parece, debates que desde muito tempo foram prioritários, como expansão dos equipamentos de consumo coletivo, crescimento desordenado, regras de uso do solo e movimentos sociais, foram substituídos nos gabinetes de prefeitos e governadores pelo de competitividade entre as cidades. Dessa maneira, as atenções afastam-se dos cidadãos e miram a competição pela atração de investimentos de capital e tecnologia estrangeiros, pela atração de indústrias e do turismo. (FERREIRA, 2011, p. 139)

Esse processo é consoante com o processo de reestruturação produtiva que vimos assistindo desde a década de 1970 (HARVEY, 2005). A preponderância do capital financeiro, a aceleração dos mais diversos fluxos, a flexibilização da produção e do trabalho são os imperativos que tornaram central a negociação entre o capital financeiro internacional e os poderes locais. Estes demonstram maior agilidade no sentido da atualização do espaço herdado pelos ditames da acumulação capitalista em escala mundial (RIBEIRO, s/d). Sendo assim, "a reestruturação produtiva exige a sua compreensão também como reestruturação urbana, o que só é possível através da valorização analítica dos vínculos sociedade-espaço" (RIBEIRO, s/d, p. 27).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1212357/CA

É sobre uma base espaço-temporal bem específica que estão acentuados os novos modelos de "empreendedorismo" urbano. A começar pelo acirramento da competição dentro da divisão internacional do trabalho, significando a criação e a exploração de vantagens comparativas para produção de bens e serviços nas mais variadas localidades. As vantagens relacionam-se a investimentos públicos e privados em infraestruturas físicas e sociais, principalmente aquelas vinculadas à regulação e controle do espaço e da força de trabalho, para valorização do capital. A criação de centros de gestão vinculados a atividades de controle referentes a altas finanças, ao governo, à coleta e processamento da informação, incluindo grandes aparelhos midiáticos (HARVEY, 2005). Tal estratégia de governança privilegia projetos específicos em determinados lugares da cidade em detrimento do planejamento da cidade como um todo, desviando os recursos e o foco político dos problemas mais amplos.

Na cidade do Rio de Janeiro "megaprojetos" como o Porto Maravilha evidenciam bem tal tendência. A Lei Municipal nº 101/2009 criou a Operação Urbana Consorciada da Área de Especial Interesse Urbanístico da Região Portuária do Rio de Janeiro, uma sociedade econômica mista a fim de desenvolver, direta ou indiretamente a AEIU da Região do Porto do Rio de Janeiro, que consiste de fato, em uma série de empreendimentos em infraestrutura (incluindo novíssimas tecnologias de informação) e equipamentos urbanos e culturais no intuito de "revitalizar" (no sentido de dar vida, ou seja, o que havia antes não estava vivo ou não merecia estar) a região portuária do Rio de Janeiro. Ferreira (2011, p. 84) alerta que,

> os projetos de revitalização que vêm se realizando na zona portuária (...) levaram a uma valorização imobiliária, o que acabará – como em outros lugares – provocando a expulsão da população de baixa renda. Tal processo, denominado gentrificação, (...) caracteriza-se pela substituição de um grupo populacional de baixa renda, que ocupa determinada área da cidade, por outro de mais alta renda. Observa-se então a realização de obras e reformas embelezadoras que resultam no aumento dos valores dos imóveis, o que acaba por excluir a população mais pobre [empobrecida].

Como propõe Ribeiro (s/d), tais transformações no espaço herdado não se dão sem que ocorram conflitos com as estruturas espaciais e sociais pregressas, o que implica a aplicação estratégica de recursos em mãos do Estado. Harvey

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1212357/CA

(2005) vai destacar como uma das principais características do empreendedorismo urbano a parceria público-privada que, devido ao caráter fortemente especulativo dos investimentos, tem como prerrogativa a assunção dos riscos pelo setor público local.

A Lei Complementar nº 105, de 22 de dezembro de 2009 do município do Rio de Janeiro institui o Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas: a PROPAR-RIO surge exatamente nesse contexto de governança urbana. O próprio projeto Porto Maravilha, como já referimos, é administrado por um consórcio misto e não é difícil imaginar (em tempos de intensificação da competitividade interurbana) quem serve a quem nas chamadas "PPPs".

Não é apenas nos setores de produção, serviços e gestão que as cidades buscam melhorar sua posição competitiva; o consumo do espaço assume um papel cada vez mais importante (HARVEY, 2005). Tal processo vincula-se a investimentos urbanos em turismo e em lazer, no qual o consumo dos serviços assume um papel de destaque na acumulação do capital devido ao rápido tempo de giro que permite ao mesmo. Uma área turística da cidade pode ser consumida simultaneamente e seguidamente, a valorização do capital é quase instantânea. As seguintes estratégias são abaixo enumeradas:

> a valorização de regiões urbanas degradadas, a inovação cultural e a melhoria física do ambiente urbano (...), atrações para o consumo (estádios esportivos, centros de convenções, shoppings centers, marinas, praças de alimentações exóticas) e entretenimento (a organização de espetáculos urbanos em base temporária ou permanente) se tornaram facetas proeminentes de estratégias para regeneração urbana. Acima de tudo, a cidade tem de parecer um lugar inovador, estimulante, criativo e seguro para se viver ou visitar, para divertir-se e consumir (HARVEY, 2005, p. 174).

A construção de grandes aparelhos urbanos para o consumo é tônica há muito tempo das administrações públicas no Rio de Janeiro. Desde o desejo de construir o museu Guggenheim no píer da Praça Mauá, nos primeiros anos de governo César Maia (1993-1996) e Luis Paulo Conde (1997-2000), passando pela construção da Cidade da Música, hoje rebatizada de Cidade das Artes, nos dois governos subsequentes de César Maia (2001- 2008), chegando na realização do Panamericano em 2007 e os preparativos para a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e para as Olimpíadas de 2016, na atual gestão Eduardo Paes, temos como

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1212357/CA

um dos pilares de gestão urbana investimentos pontuais em aparelhos de consumo, em detrimento de investimentos mais abrangentes que envolvam o cotidiano e a melhoria na qualidade de vida dos moradores das cidades.

Ainda podemos acrescentar a inauguração do MAR (Museu de Arte do Rio) e da construção do Museu do Amanhã no píer Mauá dentro do projeto do "Porto Maravilha". Todos esses empreendimentos estão associados à construção de uma imagem da cidade. Essa espécie de marketing urbano cumpre papel fundamental na estratégia de competitividade interurbana: é fundamental a promoção dos lugares propícios a investimentos e ao consumo. "Multiplicam-se os objetos urbanos dedicados à cultura, assim como os eventos que promovem as cidades" (RIBEIRO, s/d, p. 31).

Ademais, a criação de uma imagem específica de cidade não está relacionada apenas à criação de um bom ambiente de negócios para as empresas objetivando a atração de investimentos, mas também à criação de uma "solidariedade social, orgulho cívico e lealdade ao lugar" (HARVEY, 2005). Essa espécie de "patriotismo urbano" é fundamental na conformação de consenso em direção ao empreendedorismo urbano, processo no qual a cidade passa a ser sujeito do processo. Em outras palavras, os problemas sociais inerentes ao urbano são vistos como problemas da cidade e devem ser resolvidos da forma mais eficiente possível. Sendo assim, a massiva gama de investimentos públicos drenados para o capital privado é vista como uma inevitável para o sucesso da cidade.

A eleição em 1 de julho de 2012 pela Unesco de parte da cidade do Rio de Janeiro como Patrimônio da Humanidade na categoria Paisagem Cultural Urbana é um bom exemplo de vinculação da imagem da cidade com o empreendedorismo urbano. Além de construir uma imagem que contribui sensivelmente para a valorização do espaço urbano carioca, favorecendo largas parcelas do capital imobiliário e especulativo, promovendo o consumo e turismo na cidade, também é capaz de produzir um sentimento de identidade e orgulho na população, desviando o foco político de problemas trazidos por tal modelo.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1212357/CA

É dentro desse contexto que compreendemos que a cidade do Rio de Janeiro vem incorporando, mais claramente a partir da década de 1990, o modelo de gestão urbana denominado por muitos autores de cidade-empresa. A definição dos I PEC RJ (Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro – Rio Sempre Rio – 1996) e PEC II (Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro – As Cidades da Cidade – 2000) como balizadores da ação pública oficial evidencia o enquadramento da política urbana carioca aos ditames dos organismos internacionais (FMI, BIRD e Banco Mundial) referentes à competitividade e gestão empresarial das cidades.

Após 20 anos de consolidação de tal modelo de gestão na cidade do Rio de Janeiro fica evidente o caráter excludente de sua lógica. A prerrogativa básica, posta pelo acirramento da competição interurbana, de criar um ambiente favorável na cidade para intensificação dos investimentos do capital, tem como consequências mais gerais uma maior polarização na distribuição social da renda, principalmente no que diz respeito ao dinheiro público, e à intensificação do processo de segregação espacial. O aumento galopante do preço do solo urbano impulsionado pela especulação imobiliária, o processo de remoções (forçadas ou pelo processo de valorização fundiária e aumento do custo de vida) da parcela mais empobrecida da população de áreas consideradas valorizadas pelo capital e o acirramento do controle e da vigilância, fundamentalmente nas áreas de favelas, já fazem parte da realidade da cidade do Rio de Janeiro.

Segundo dados do Secovi (Sindicato da Habitação) divulgados no portal de notícias R7[1], em 20/04/2012, em dez anos, de 2002 a 2012, a valorização dos imóveis na cidade do Rio de Janeiro chegou a 700%. Ainda de acordo com informações contidas na notícia, a valorização ocorreu devido ao aumento da segurança, o valor paisagístico dos belos cartões postais da cidade e as obras de infraestrutura e de revitalização, como as da região portuária.

Na tabela abaixo podemos verificar que o processo de valorização dos imóveis não se restringe às áreas centrais e à zona sul da cidade, apesar de concentrarem os maiores índices, mas é um fenômeno que atinge todos os espaços

[1] http://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/noticias/rio-precos-de-imoveis-aumentam-ate-700-em-dez-anos-20120420.html

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1212357/CA

da cidade evidenciando o caráter excludente e segregador de tal modelo, no qual a cidade passa a ser um artigo de luxo pronto para atender uma demanda solvável excluindo grande parte da população desse processo.

	Janeiro 2012				Janeiro 2002				AUMENTO (%)			
Bairros	1 quarto	2 quartos	3 quartos	4 quartos	1 quarto	2 quartos	3 quartos	4 quartos	1 quarto	2 quartos	3 quartos	4 quartos
Bangu	**	113.610	129.667	**	30.788	35.609	57.941	88.142	***	319,05%	223,79%	***
Barra da Tijuca	557.677	572.841	722.614	1.673.917	148.779	183.991	322.777	508.192	374,84%	311,34%	223,87%	329,39%
Botafogo	480.481	702.125	963.959	1.499.439	101.708	170.737	246.070	313.333	472,41%	411,23%	391,74%	478,54%
Centro	244.647	372.507	441.667	**	50.433	69.571	81.428	114.545	485,09%	535,43%	542,40%	***
Copacabana	476.839	732.292	1.139.782	2.106.919	110.098	169.046	272.507	431.783	433,10%	433,19%	418,26%	487,96%
Flamengo	407.452	694.519	999.862	1.963.312	91.516	166.042	249.848	431.666	445,22%	418,28%	400,19%	454,82%
Gávea	848.750	1.045.161	1.537.333	2.341.455	175.454	303.333	362.933	482.307	483,75%	344,56%	423,59%	485,47%
Ilha do Governador	180.700	240.199	444.434	776.887	53.714	89.754	148.538	224.615	336,41%	267,62%	299,21%	345,87%
Ipanema	789.752	1.358.775	2.450.137	4.365.625	200.666	255.954	470.476	623.690	393,57%	530,87%	520,78%	699,97%
Irajá	95.333	191.513	211.951	333.000	42.375	52.538	70.538	108.750	224,98%	364,52%	300,48%	306,21%
Jacarepaguá	166.841	225.650	331.655	517.489	47.846	76.833	112.450	181.333	348,70%	293,69%	294,94%	285,38%
rdim Botânico	**	946.938	1.360.967	2.787.028	155.294	224.687	321.071	482.333	***	421,45%	423,88%	577,82%
Lagoa	998.625	1.199.485	2.066.358	2.643.622	189.230	263.379	470.820	671.111	527,73%	455,42%	438,88%	393,92%
Laranjeiras	455.065	637.103	874.328	1.548.625	98.687	176.527	237.180	396.153	461,12%	360,91%	368,63%	390,92%
Leblon	991.786	1.396.388	1.825.350	3.955.888	204.916	340.958	474.982	701.153	484,00%	409,55%	384,30%	564,20%
Madureira	93.977	140.871	169.214	**	45.357	56.633	79.076	104.333	207,19%	248,74%	213,99%	***
Méier	149.063	233.581	297.310	436.625	49.176	66.050	89.851	131.833	303,12%	353,64%	330,89%	331,20%
Ramos	133.000	176.137	226.808	230.000	45.184	58.319	101.454	135.466	294,35%	302,02%	223,56%	169,78%
Santa Teresa	236.714	430.826	613.700	**	61.619	109.111	138.928	176.153	384,16%	394,85%	441,74%	***
ão Cristovão	157.000	258.990	408.154	**	42.642	62.812	86.666	118.461	368,18%	412,33%	470,95%	***
Tijuca	291.834	416.016	562.795	846.014	67.576	95.541	152.974	259.441	431,86%	435,43%	367,90%	326,09%

Figura 1: Valorização dos Imóveis na Cidade do Rio de Janeiro de 2002 a 2012

Fonte: Secovi Rio, 2012.

As remoções de comunidades de áreas valorizadas é um fato cada vez mais presente no cotidiano da cidade do Rio de Janeiro. A realização da Copa e das Olimpíadas foi o argumento necessário para a implementação de uma política deliberada de reorganização do lugar dos mais empobrecidos na cidade, conforme os interesses do capital financeiro, imobiliário e corporativo.

As obras de infraestrutura e dos equipamentos esportivos para os jogos cumprem um papel central nesse processo. A concentração de investimentos

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1212357/CA

públicos, seja no setor de transporte, com a construção dos BRTs, ou de grandes complexos esportivos, como é caso do parque olímpico, em áreas de extrema valorização imobiliária como a Barra da Tijuca, Recreio dos Bandeirantes e Jacarepaguá, multiplica as possibilidades de investimentos em empreendimentos habitacionais para as camadas mais abastadas da população.

A sede de novos investimentos do capital financeiro e imobiliário é saciada às custas da remoção de comunidades inteiras. O traçado das novas vias funciona como verdadeiras pontas de lança do capital imobiliário que varrem do caminho as comunidades indesejadas, abrindo espaço para a valorização do capital. Projetos urbanísticos, como já apontamos o caso porto maravilha, também são responsáveis por inúmeras remoções. Na tabela abaixo podemos observar as comunidades e o número de famílias que vêm sendo removidas ou estão em vias de remoção. Cabe salientar que devido à falta de transparência por parte da Prefeitura, não se tem acesso ao total de famílias que estão em risco de remoção.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1212357/CA

Comunidade	Tempo da ocupação	Nº de famílias removidas	Nº de famílias ameaçadas	Total de famílias	Justificativa
- Largo do ampinho/Campinho	1980	65	Totalmente removida	65	1º fase BRT Transcarioca – Barra a Penha
- Rua Domingos Lopes Madureira)	Sem Informação	100	___	100	BRT Transcarioca
- Rua Quáxima Madureia)	1970	27	___	27	BRT Transcarioca
- Comunidade Vila das Torres (Madureira)	1960	300	Totalmente removida	300	Construção de parque municipal
5- Comunidade Arroio Pavuna/Jacarepaguá	1938	___	28	28	Construção de viaduto/BRT Transcarioca
6- Restinga/Recreio	1994	150 (além de 34 pequenos comércios)	Totalmente removida	150	BRT Transoeste – Barra a Santa Cruz
7- Vila Harmonia	1911	118	2 famílias e2 centros espíritas	120	BRT Transcarioca
8- Vila Recreio II/Recreio	1996	235	Totalmente removida	235	BRT Transoeste
9- Vila Autodromo/Jacarepaguá	1985	___	500	500	BRT Transcarioca e Transolímpica

10- Asa Branca/Curicica	1986	___	2000	2000	Desapropriação – Transolímpica – Barra da Tijuca a Deodoro
11- Vila Azaleia/Curicica	1990	___	100	100	Desapropriação – Transolímpica
12- Vila Taboinha	1990	___	400	400	Reintegração de posse
13- Comunidade do Metrô Mangueira	1980	350	350	700	Estacionamento para o estádio do Maracanã
14- Ocupação Aldeia Maracanã	2006	___	20	20	Inclusão da área na privatização do Maracanã
15- Favela do Sambódromo	Sem informação	60	Totalmente removida	60	Alargamento do Sambódromo para as Olimpíadas
16- Fvela Belém-Belém/Pilares	1972	___	300	300	Construção de um novo acesso ao estádio João Havelange
7- Favela Barreira do 'asco/São Cristóvão	Sem informação	Em fase de estudos e projetos			Melhorar o acesso ao estádio São Januário
8- Ocupação Machado de ıssis	Sem informação	___	150	150	Projeto Porto Maravilha
9- Ocupação Flor do ısfalto	2006	___	30	30	Projeto Porto Maravilha
0- Rua do Livramento e ıdjacências	Sem informação	___	400	400	Projeto Porto Maravilha
1- Ocupação Boa Vista	1998	35	___	35	Projeto Porto Maravilha
2- Morro da Providência	1897	___	835	835	(1) Implantação de telégrafo e plano inclinado; (2) área de risco
23- Comunidade Tabajaras (Estradinha)	1986	120	230	350	Área de risco
24- Comunidade do Pavão-Pavãozinho	1930	300	___	300	Área de Risco
Total	___	**1860**	**5325**	**7185**	___

Figura 2: Quadro Síntese do Numero de Famílias Removidas ou Ameaçadas de Remoção, por comunidade, Cidade do Rio de Janeiro, 2011

Fonte: Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro, 2012[2].

[2] (i) Relato de lideranças à Relatoria do Direito Humano à Cidade: Comunidades 1, 5, 6, 7, 8, 9, 13, 18, 22 e 23; (ii) Defensoria Pública do Estado do Rio do Janeiro: Comunidades 3, 4, 10, 11, 12 e 21; (iii) Fórum Comunitário do Porto:Comunidade 20; (iv) Decreto municipal 31.567

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1212357/CA

O processo de reorganização espacial dos mais empobrecidos na cidade se completa por meio da produção de moradias populares através do Programa Minha Casa Minha Vida. Este concentra seus investimentos destinados às famílias de zero a três salários mínimos nas áreas periféricas da cidade, em especial na Área de Planejamento 5 (AP-5) que conta com bairros como Campo Grande e Santa Cruz, como podemos observar no mapa abaixo.

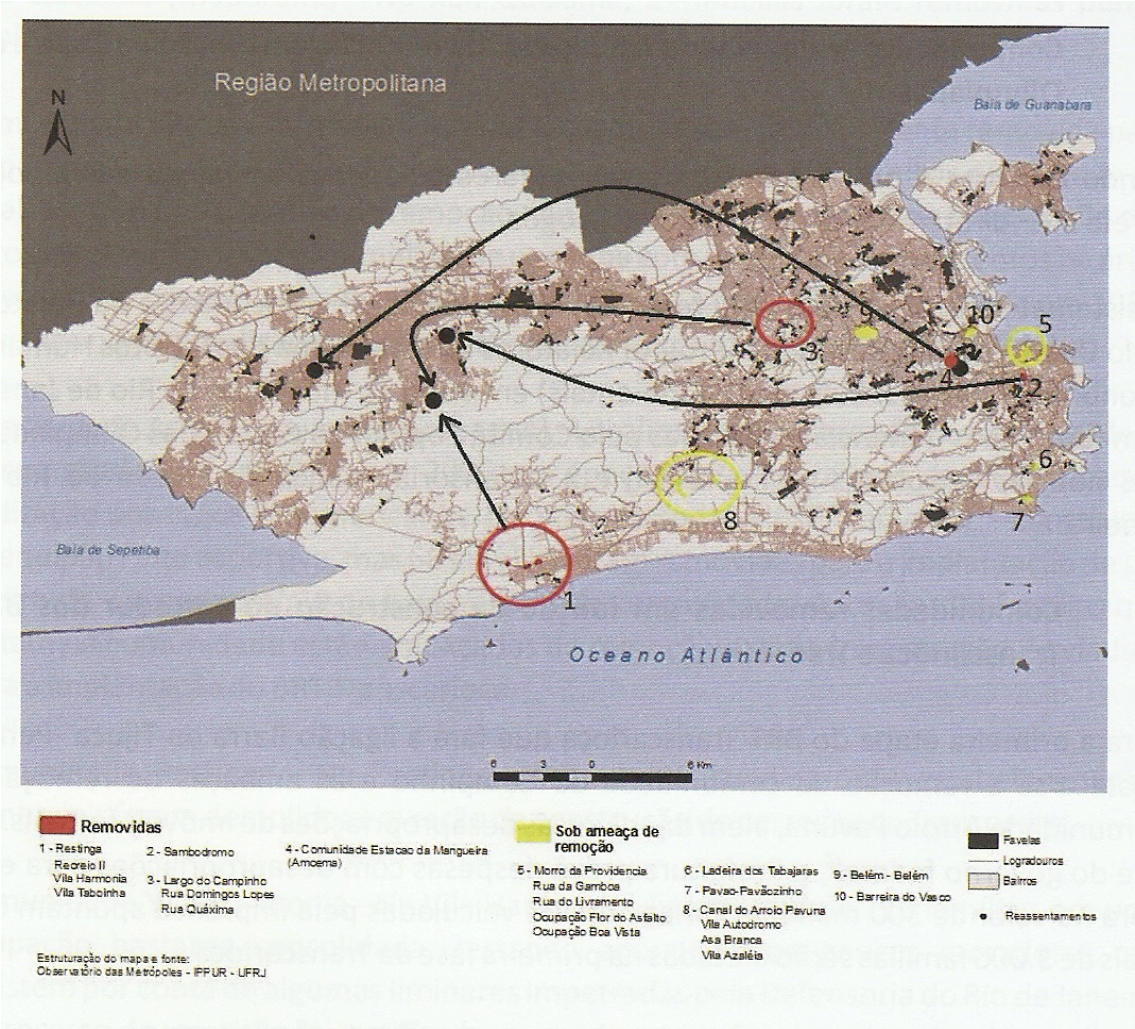

Figura 3: Mapa do Movimento de Remoção das Famílias Decorrentes das Intervenções Vinculadas à Copa do Mundo e das Olimpíadas no Rio de Janeiro, 2011

Fonte: Dossiê do Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro, 2011

de 11/12/09: Comunidade 2; (v) TV Tatuzaroio www.tatuzaroio.com.br 07/02/2012: Comunidade 14; (vi) Jornal A Nova Democracia - www.anovademocracia.com.br: Comunidade 15; (vii) Jornal O Globo 04/10/11: Comunidade 16; (viii) www.supervasco.com - 05/10/2012: Comunidade 17; (ix) vivafavela.com.br - 22/09/2011: Comunidade 19; Coletivo Pela Moradia - pelamoradia.wordpress.com: Comunidade 24.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1212357/CA

Observando as taxas de crescimento populacional e os dados referentes a classes de renda por Área de Planejamento (AP) da cidade do Rio de Janeiro, podemos verificar o padrão segregador do crescimento da cidade. As AP's 1, 4 e 5 são as que demonstraram maior crescimento nos últimos dez anos, entretanto os bairros da AP-1 do centro da cidade e da AP-4 da Barra da Tijuca e Recreio acompanham o crescimento da especulação imobiliária e de habitações para as classes médias e altas; já os bairros da AP-5 como os de Campo Grande e Santa Cruz tem seu crescimento vinculado a populações de baixa renda, como fica comprovado na tabela 4. Quando o comparamos os níveis de renda das AP's que mais crescem, observamos que a AP-4 possui um número muito maior de pessoas com renda superior a 20 salários mínimos do que a AP-5, ao passo que esta última excede, e muito, o número de pessoas com renda até 3 salários mínimos se comparada a AP-4.

Áreas de Planejamento	População Residente		Taxa de Crescimento
	2000	2010	
Área de Planejamento 1	***268 280***	***297 976***	1,11069
Área de Planejamento 2	***997 478***	***1 009 170***	1,011722
Área de Planejamento 3	***2 353 590***	***2 398 572***	1,019112
Área de Planejamento 4	***682 051***	***909 955***	1,334145
Área de Planejamento 5	***1 556 505***	***1 704 773***	1,095257

Figura 4: População Residente e Taxa de Crescimento por Áreas de Planejamento do Município do Rio de Janeiro, 2010

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 e 2010.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1212357/CA

Áreas de Planejamento	Total	Até 3 SM*	Mais de 3 a 5 SM	Mais de 5 a 10 SM	Mais de 10 a 15 SM	Mais de 15 a 20 SM	Mais de 20 a 30 SM	Mais de 30 SM	Sem Renda	Sem Declaração
Área de Planejamento 1	***262 822***	139 113	20 001	14 995	2 782	1 578	704	**289**	83 232	128
Área de Planejamento 2	***925 511***	282 080	100 301	156 154	53 030	49 713	30 796	**17 278**	234 336	1 823
Área de Planejamento 3	***2 106 381***	1 051 786	161 987	118 193	18 888	10 047	3 751	**1 326**	740 224	179
Área de Planejamento 4	**797 675**	328 030	64 992	80 131	22 857	22 935	14 053	**8 414**	255 863	400
t de Planejamento 5	**1 468 266**	730 770	83 750	50 810	6 393	2 844	924	**394**	592 194	187

*Salário Mínimo

Figura 5: Pessoas de 10 Anos ou Mais de Idade, por Classe de Renda Nominal Mensal Segundo Áreas de Planejamento, 2010

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Podemos então compreender as remoções dentro de um modelo socialmente desigual e espacialmente segregador de cidade, no qual o poder público não apenas concentra os investimentos em infraestrutura e embelezamento em lugares específicos da cidade, beneficiando claramente as camadas mais abastadas, como também atua como agente desterritorializador, removendo comunidades empobrecidas das áreas que despertam interesse para valorização do capital. Sendo assim,

> as remoções de famílias se caracterizam por promover processos de espoliação urbana nos quais os imóveis em posse das classes populares são adquiridos por outros agentes sociais econômicos a preços aviltados, e através de processos de revitalização ou reurbanização, transformados em novos ativos nos circuitos de valorização econômica, permitindo altos ganhos de capital, na forma de mais valia fundiária e/ou das novas atividades econômicas as quais vão dar lugar (COMITÊ POPULAR DA COPA E DAS OLIMPÍADAS, 2011, p 9).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1212357/CA

Tal avanço do capital não pode ocorrer sem estar acompanhado do aumento da vigilância e controle da classe trabalhadora. As Unidades de Polícia Pacificadora, principal política de segurança da cidade, tem como objetivo "levar a paz" às comunidades outrora dominadas por conflitos armados entre grupos que buscavam o controle do tráfico de drogas e a própria polícia. A redução na taxa de homicídios é um dos benefícios evidentes desta política; entretanto, estamos falando de uma política deliberada de controle de áreas estratégicas, principalmente para a especulação imobiliária e de militarização da vida nas favelas.

No mapa 2, podemos observar que as UPP's seguem um padrão de organização espacial bem característico. Destaca-se que grande parte das favelas contempladas pelo programa estão localizadas em bairros cuja maior parte da população possui alto poder aquisitivo, principalmente na área central, zona sul e a grande tijuca, além de estarem associados a áreas estratégicas para a realização da copa e olimpíadas.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1212357/CA

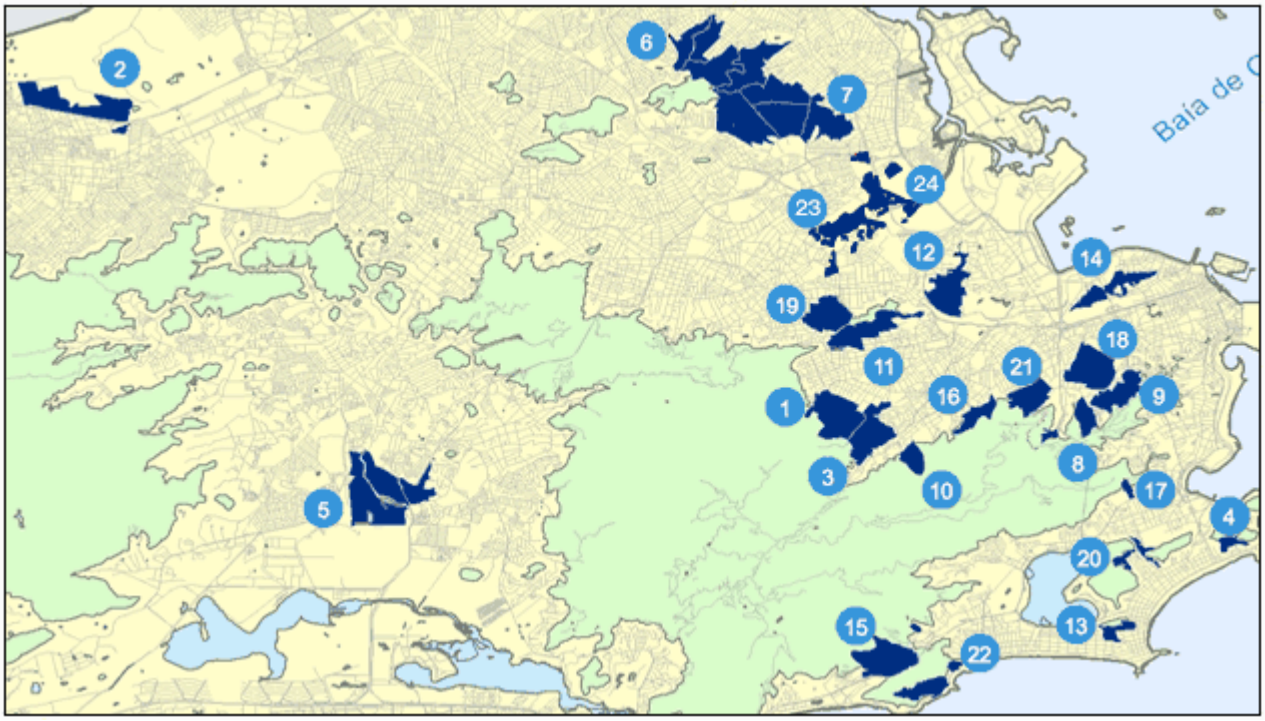

Figura 6: Mapa de Localização das Unidades de Polícia Pacificadora

Fonte: http://uppsocial.org/territorios/

O clima de segurança que sucede a instalação do programa provoca uma valorização quase que instantânea dos imóveis dos bairros vizinhos, em geral aqueles que têm maior interesse do capital imobiliário e especulativo; a inserção do mercado formal de bens e serviços aliado à valorização dos imóveis nas favelas representa um aumento significativo do custo de vida nessas áreas, dificultando a permanência das famílias nas comunidades; ocorre um intensivo processo de militarização da vida, na qual a polícia destaca-se como principal gestor do território e mediador entre a população e o poder público.

Nesse sentido, as UPP's se enquadram em um projeto mais amplo de cidade cumprindo um duplo papel: controle de espaços estratégicos para valorização do capital e intensificação da repressão e controle da classe trabalhadora, principalmente os mais empobrecidos. A gestão autoritária dos territórios por parte da polícia mitiga as possibilidades de participação e mobilização popular: sob o discurso da manutenção da ordem e da segurança, a polícia controla cada vez mais dimensões do cotidiano das comunidades.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1212357/CA

É nesse contexto de cidade que "recusa a singularidade dos lugares, as memórias e as estratégias e táticas de sobrevivência das camadas populares" (RIBEIRO, s/d, 27) que surgem as resistências e possibilidades de transformação. Por sua vez, o discurso do desenvolvimento vinculado à racionalidade da reprodução do capital se descortina não apenas como a melhor alternativa, mas como a única viável: "nega o acumulo de experiências políticas que podem permitir a afirmação de sujeitos sociais portadores de alternativas de futuro para a experiência coletiva" (RIBEIRO, s/d, 27).

Dessa forma, entendemos o Movimento Nacional de Luta pela Moradia, através da Ocupação Manoel Congo, como sendo um exemplo de prática socioespacial de resistência ao modelo de desenvolvimento civilizatório posto pelo modo de produção capitalista, à gestão de caráter empresarial da cidade do Rio de Janeiro e como uma alternativa de produção coletiva do espaço.

Fica evidente a importância de práticas transescalares para os movimentos comprometidos com a transformação radical da sociedade. Não podemos, no entanto, perder de vista o lugar como lócus do desenrolar da vida cotidiana, como espaço de formação e ação política.

Não se trata aqui de um localismo reacionário e essencialista (MASSEY, 2000) de atores sociais "que orientam suas ações pelo compartilhamento de valores da auto-identidade e do pertencimento a comunas, mais do que por interesse de classe" (BRANDÂO, 2007). Muito menos de seguir na direção a uma prática vinculada à luta de classe de forma genérica, que não leve em consideração as particularidades de cada formação geohistórica (CIONE, 2002).

Nesse sentido, entendemos a Ocupação Manoel Congo como uma formação geohistórica específica. Isso significa dizer que a encaramos como uma totalidade, com dinâmica e práticas socioespaciais próprias, constituída pela inter-relação entre diferentes dimensões e escalas.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1212357/CA

2.3.

A Ocupação Manoel Congo: um exemplo de resistência ao modelo de desenvolvimento dominante

A Ocupação Manoel Congo nasce das necessidades mais proeminentes da classe trabalhadora do nosso país. A urgência por moradia de qualidade, acesso à educação, saúde e ao mercado de trabalho são as motivações mais urgentes que levaram à mobilização de trabalhadores e trabalhadoras no sentido da transformação de sua situação social. Entretanto, a luta se insere em um contexto mais amplo de luta de classe, em um movimento social urbano em escala nacional, o MNLM, que tem como missão

> estimular a organização e articular nacionalmente os sem tetos, inquilinos, mutuários e ocupantes, na busca da unificação de suas lutas pela conquista de uma política habitacional de interesse social com REFORMA URBANA que garanta a universalização dos direitos sociais: direito à saúde, ao transporte, à educação, ao saneamento básico ambiental, à preservação do meio ambiente, trabalho e à participação popular, contribuindo para a construção de uma sociedade socialista, igualitária, democrática (8º ENCONTRO NACIONAL DO MNLM, 2009)

Em outras palavras, o MNLM tem como objetivo unir a luta pelas demandas mais urgentes da classe trabalhadora a um horizonte estratégico mais amplo de transformação radical da sociedade. Sendo assim, a fim de dar conta de tal missão, no último encontro nacional do movimento foram definidos cinco eixos estratégicos para a luta, a saber: (1) Ocupação de imóveis que não estão cumprindo função social; (2) Luta contra os despejos e pela regularização fundiária em áreas ocupadas das cidades; (3) Melhorias habitacionais; (4) Tecnologia e construção de moradias para a população com renda de zero a três salários mínimos, a fim de mitigar o enorme déficit habitacional urbano; (5) Organização de cooperativas que garantam a sustentabilidade das comunidades do movimento.

Os dados coletados no censo realizado durante fevereiro e março de 2014 na Ocupação Manoel Congo podem nos oferecer um quadro mais adequado das condições socioespaciais dos moradores. Cabe ressaltar que o censo foi realizado com os militantes residentes na ocupação, sendo excluídos aqueles que

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1212357/CA

frequentam os espaços coletivos e realizam as suas tarefas, mas só morarão na ocupação após a obra de requalificação do prédio.

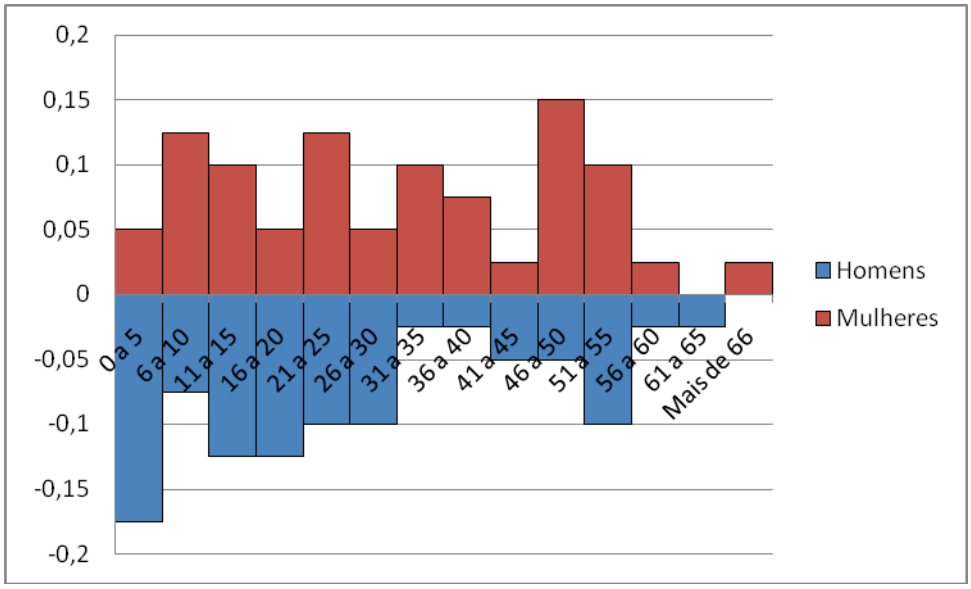

Figura 7: Estrutura Etária dos Moradores da Ocupação Manoel Congo.

Fonte: NEVES, 2014.

Podemos observar no gráfico de Estrutura Etária dos moradores da Ocupação Manoel Congo que há o predomínio de crianças e adultos com idade superior a 45 anos. Os adultos jovens são minoria, principalmente entre as mulheres, mostrando que a Ocupação é constituída por famílias e, em sua grande maioria, com dois ou mais filhos por núcleo familiar. Essa estrutura evidencia a necessidade de um espaço para e das crianças, no qual militantes se dediquem a pensar e estabelecer uma prática pedagógica vinculada aos princípios emancipatórios do movimento. O Espaço Criarte Mariana Crioula busca cumprir esse papel, que estudaremos mais a fundo nos próximos capítulos deste trabalho.

A totalidade dos moradores da Ocupação Manoel Congo tinha seus domicílios anteriores localizados em áreas periféricas da cidade do Rio de Janeiro ou viviam em outras cidades e estados (figura 8). O processo de produção desigual do espaço urbano é evidente. A parcela mais empobrecidada da classe trabalhadora é empurrada para os espaços menos valorizados da cidade, com pouca ou nenhuma infraestrutura urbana (saneamento, água encanada, transporte, lazer, etc) e afastados dos centros mais dinâmicos da cidade.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1212357/CA

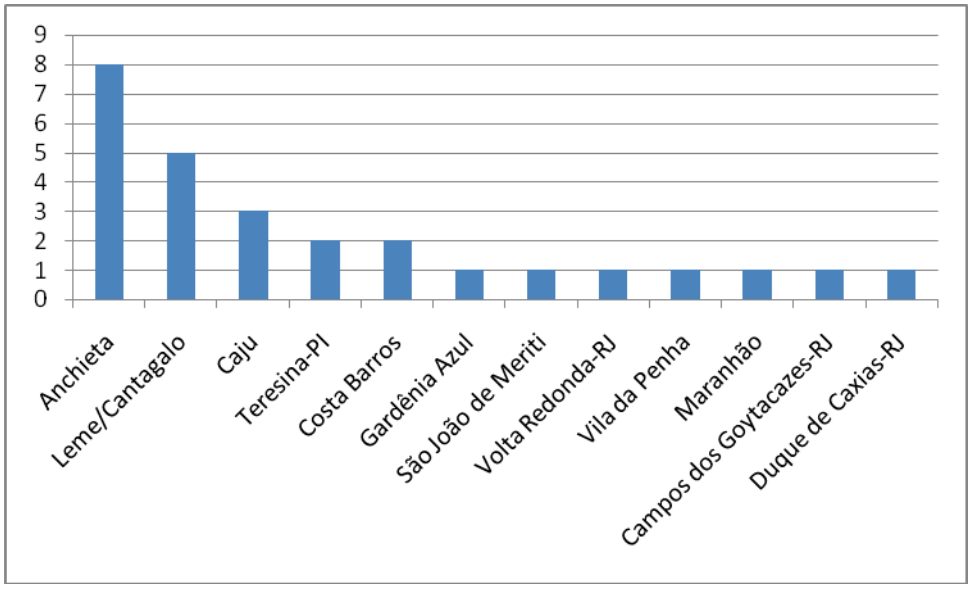

Figura 8: Domicílio Anterior dos Moradores da Ocupação Manoel Congo.

Fonte: NEVES, 2014.

Podemos observar também, que, em sua maioria, são os negros e migrantes, principalmente aqueles advindos da Região Nordeste, que compõem o quadro social dos marginalizados urbanos da cidade do Rio de Janeiro. Mais da metade dos moradores entrevistados se auto-declararam negros ou pardos (figura 9) e, depois da cidade do Rio de Janeiro, são dos estados nordestinos a origem da maior parte dos moradores (figura 10).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1212357/CA

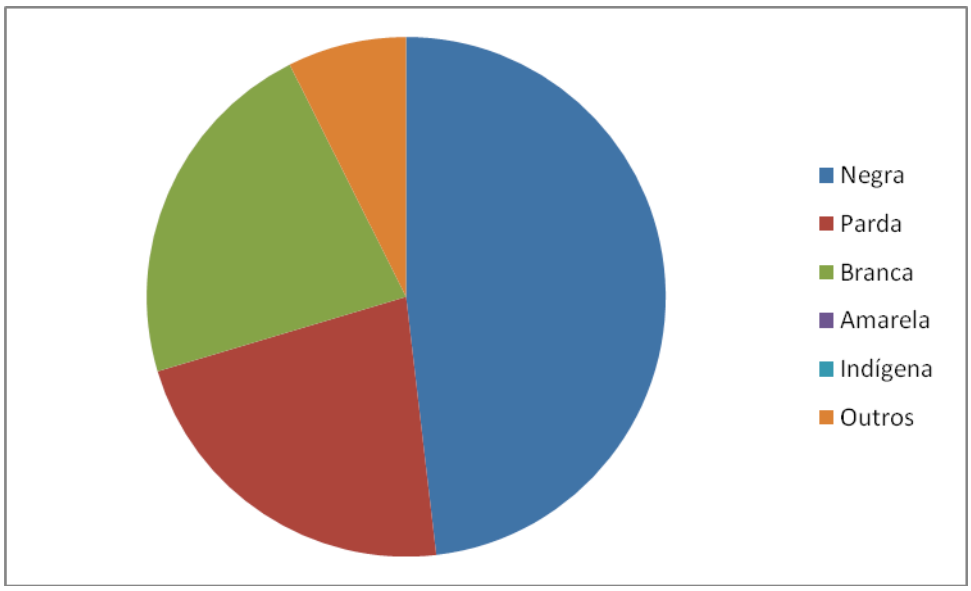

Figura 9: Cor/Etnia por Auto-Declaração dos Moradores Entrevistados na Ocupação Manoel Congo.

Fonte: NEVES, 2014.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1212357/CA

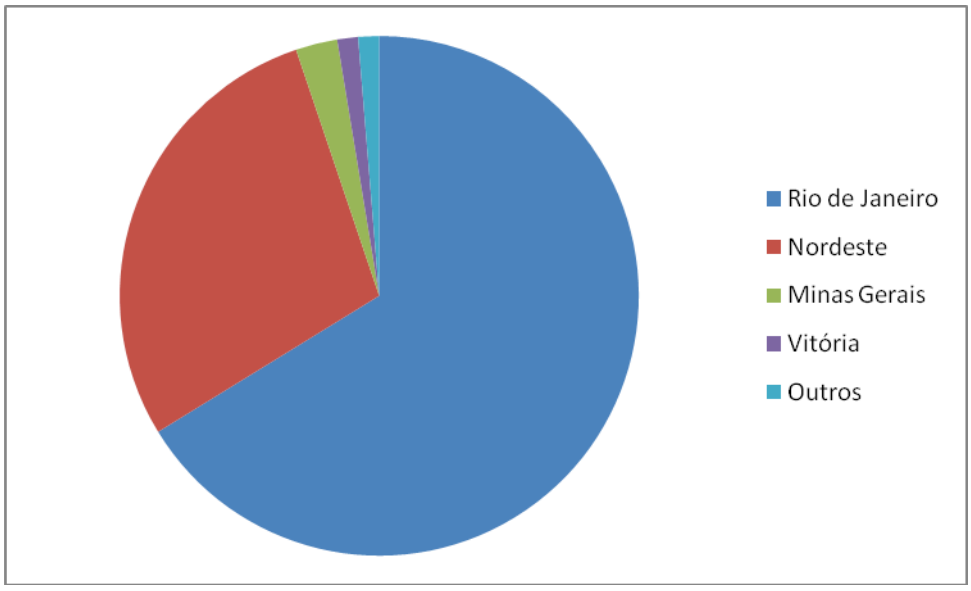

Figura 10: Naturalidade dos Moradores da Ocupação Manoel Congo.

Fonte: NEVES, 2014.

Outra questão importante é a relação da Ocupação com o gigantesco déficit habitacional Brasileiro. A relação entre o número de cômodos (quarto, sala, banheiro, cozinha) e o de habitantes no domicílio podem nos indicar a precariedade de moradia a qual estavam submetidos seus moradores. 60% das famílias viviam em unidades habitacionais com menos de um cômodo por

habitante (figura 11). A co-habitação de famílias era fato comum, sendo que muitas dessas famílias moram hoje em unidades individuais no espaço mencionado.

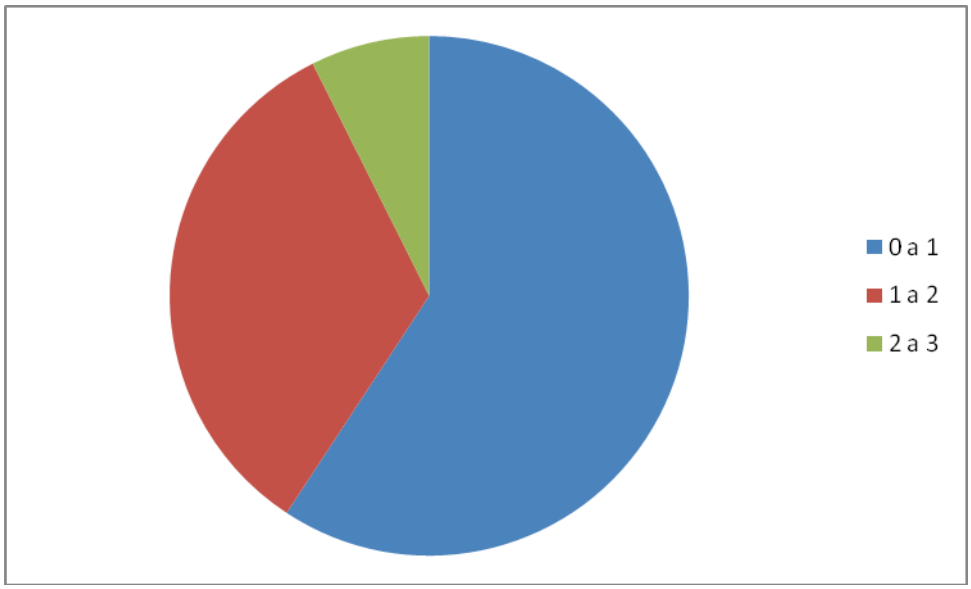

Figura 11: Relação Entre Cômodos e o Número de Habitantes nos Domicílios Anteriores dos Moradores da Ocupação Manoel Congo.

Fonte: NEVES, 2014.

Durante a elaboração do questionário buscamos uma metodologia que nos permitisse ter um quadro comparativo dos moradores da Ocupação Manoel Congo antes e após a apropriação. Após mais de 7 anos entre mobilização e ocupação algumas mudanças concretas já puderam ser observadas na vida dos militantes que vivem ali.

Dados vinculados à mobilidade urbana e ao trabalho demonstram como o fato de ocupar um imóvel na área central da cidade é capaz de trazer mudanças concretas na vida dos trabalhadores e trabalhadoras para além do acesso à moradia. Para grande parte dos moradores entrevistados, o tempo de deslocamento para o trabalho reduziu drasticamente; hoje, grande parte destes faz o percurso em até 30 minutos, ao passo que no domicílio anterior chegavam a gastar até mais de 2 horas neste trajeto (figura 12).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1212357/CA

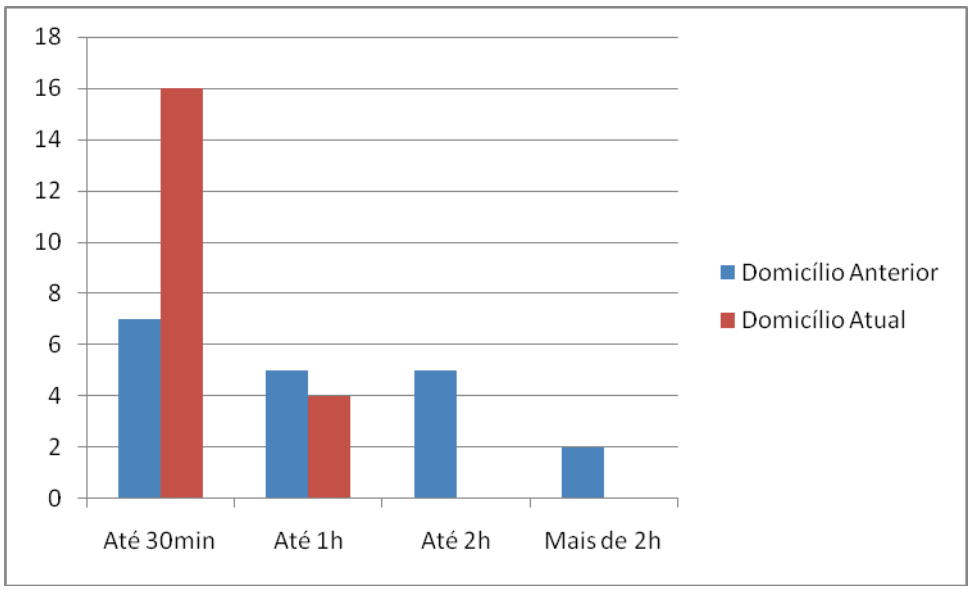

Figura 12: Tempo de Deslocamento para o Trabalho.

Fonte: NEVES, 2014.

O acesso ao mercado de trabalho também muda sensivelmente. O desemprego teve uma redução considerável após a ocupação (figura 13), mesmo sabendo que muitos moradores se mantêm na informalidade devido às exigências de renda feita pelos programas habitacionais do governo (até 3 salários mínimos FNHIS e R$1.600,00 Minha Casa Minha Vida Entidades). Além do mais, alguns militantes já trabalham na cooperativa do MNLM, mas sem renda fixa e carteira assinada.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1212357/CA

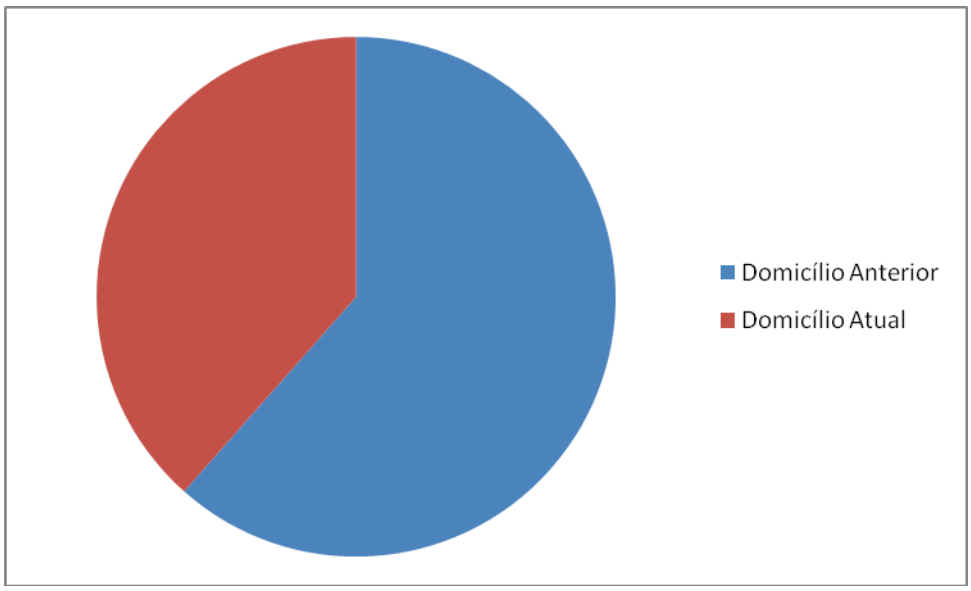

Figura 13: Comparação do Desemprego dos Moradores da Ocupação Manoel Congo em relação ao Domicílio Anterior.

Fonte: NEVES, 2014.

Se por um lado a ocupação de um imóvel no centro da cidade já é capaz de trazer mudanças significativas na vida dos seus moradores, por outro tal fato por si só não é suficiente para a construção de um projeto coletivo. É preciso ações deliberadas que tenham a autonomia como princípio ético e político norteador.

Concordamos com Souza (1996) quando este compreende o espaço como fundamento essencial para o exercício da autonomia. Como já vimos anteriormente, o espaço é condição, meio e produto da sociedade, arena de disputas políticas e fonte de recursos (seja como valor de uso ou como valor de troca no processo de produção de mais valia relativa); sendo assim, a autonomia de uma coletividade perpassa pelo controle/gestão dos recursos e pela capacidade de auto-determinar o desenvolvimento e o sentido da produção do espaço.

Podemos então afirmar que a ocupação está inserida no processo de produção do espaço em suas três dimensões (Lefebvre, 2006): a) *prática espacial (percebido)*, b) *representação do espaço (concebido)* e c) *espaços de representação (vivido)*. Expliquemos cada uma melhor dentro do contexto da Ocupação Manoel Congo.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1212357/CA

As práticas espaciais relacionam-se às formas com as quais os atores sociais geram, utilizam e percebem o espaço. Cada sociedade, portanto, cada modo de produção, com a diversidade de formações socioespaciais que engloba, organiza – *produz* – certas relações sociais e uma determinada prática espacial, moldando seu espaço próprio, isto é, apropriado. É assim que ele se realiza, projetando sobre um terreno estas relações, o qual reage sobre elas. Tais práticas sociais estão vinculadas a processos mais gerais da acumulação do capital, da expansão da civilização moderna-ocidental e também de práticas espaciais vinculadas a experiências da vida cotidiana.

As práticas espaciais relacionadas à Ocupação Manoel Congo também estão vinculadas a processos mais gerais produzidos pelo padrão de desenvolvimento capitalista do espaço, como o processo de segregação espacial e o déficit habitacional nas cidades, mas também estão vinculadas a práticas de movimentos de resistência/transformação. São essas práticas visando à construção de um espaço de autonomia que interessam particularmente neste trabalho.

As representações do espaço referem-se aos espaços de dominação em uma sociedade (modo de produção) concebida por cientistas, planejadores, tecnocratas e artistas próximos da cientificidade. É permeado pelo saber (conhecimento e ideologia misturados), adentram na prática social e política, nas relações entre os objetos e as pessoas no espaço representado, que cedo ou tarde, irá explodir, porque é incoerente.

Na Ocupação Manoel Congo a representação do espaço está fortemente vinculada à subordinação da moradia enquanto valor de uso, necessidade social básica, ao valor de troca, ao fetichismo da mercadoria.

Os espaços de representação são os espaços do vivido, dos habitantes, dos "usadores", através das imagens e símbolos que os acompanham. É na luta pela moradia enquanto valor de uso expressa em um dos lemas do movimento, "moradia não é mercadoria", que a Ocupação Manoel Congo se revela como processo de transformação inserido no cotidiano das famílias ocupantes e dos militantes envolvidos na produção de um espaço que garanta o processo de auto-organização para a emancipação.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1212357/CA

Essa triplicidade (percebido-concebido-vivido) se manifesta no real como unidade contraditória no processo de produção do espaço. Os espaços de representação e as práticas espaciais de resistência e transformação estão em relação dialética com as representações dominantes do espaço. O individualismo burguês expresso no ideário da casa própria é só um exemplo de como as representações do espaço influenciam na prática socioespacial dos movimentos urbanos na luta pela moradia enquanto valor de uso.

Avançar em direção à autonomia como princípio norteador para o desenvolvimento e, consequentemente, para a produção do espaço, significa avançar com relação ao ideário burguês de liberdade individual (SEN, 2000), pois pressupõe uma coletividade, uma vez que não há autonomia individual em uma sociedade heterônoma (CASTORIADIS, 1987).

Ademais, como alerta Souza (2000), a conquista da autonomia não é uma questão de tudo ou nada: é um processo de construção, dentro da contradição permanente entre autonomia e heteronomia, uma vez que somos seres históricos que estabelecemos diferentes formas de relação com a natureza, produzindo diversas formas de conhecimentos e significados para nossas práticas sociais. Tal situacionalidade histórica gera diferentes sínteses entre autonomia e heteronomia.

É nesse sentido que entendemos que podemos inserir o MNLM, exemplificado especificamente pela Ocupação Manoel Congo, nas práticas espaciais em direção à construção de espaços de autonomia. A gestão coletiva do espaço é um dos princípios fundamentais que regem a ocupação. Existem espaços de uso coletivos como a sala da Assembleia (esta realizada uma vez por mês como instância deliberativa da ocupação), a sala do Espaço Criarte Mariana Crioula (núcleo de educação popular para as crianças e adolescentes da ocupação), a "casa de samba".

É importante fazer menção ao papel das coordenações e núcleos estratégicos do MNLM na produção do espaço da ocupação, principalmente no que diz respeito à interface entre os princípios básicos de transformação e emancipação do movimento e à hegemonia exercida pelo modelo de desenvolvimento dominante. Consideramos, nesse momento, hegemonia como

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1212357/CA

uma categoria central da prática política, uma vez que todos os indivíduos inseridos em uma sociedade estão sujeitos a um conjunto de princípios, uma compreensão de mundo específica, capaz de universalizar os interesses específicos da classe dominante, permitindo disfarçar os interesses antagônicos das classes sociais (BRANDÃO, 2007).

Queiramos ou não, todos nós somos mais ou menos influenciados pela concepção de mundo dominante. Isso significa que aguardar uma espécie de espontaneidade no processo de auto-organização dos movimentos sociais é o mesmo que ignorar as relações de poder assimétricas inerentes a nossa sociedade. Sendo assim, a coordenação e os núcleos estratégicos do MNLM cumprem um papel de contra-hegemonia, reafirmando sempre os princípios coletivos e emancipadores do movimento.

Desse processo de luta contra-hegemônica desdobram-se os principais desafios da Ocupação Manoel Congo e do MNLM, como são apontados por muitos militantes e compartilhados pelo autor. A dificuldade de se manter a organização/gestão coletiva do espaço, uma vez que não se manifesta como uma necessidade imediata como no início da ocupação, e de vincular a luta por moradia a um projeto maior de transformação da sociedade, que só é possível através da luta permanente pela superação da sociedade capitalista, são dificuldades presentes no cotidiano da ocupação.

Podemos então compreender a Ocupação Manoel Congo como um exemplo de como movimentos sociais como o MNLM participam do processo de resistência/transformação em relação ao modelo de desenvolvimento dominante, através da construção de espaços de autonomia, no sentido que Massey (2004, apud PICKERILL & CHATTERTON, 2006) dá ao termo: uma política de autonomia geográfica não diz respeito à progressão linear em direção a algum lugar desejado e utópico ou de equilíbrio, mas vai no sentido de reconhecer a co-existência, a negociação e os conflitos.

É através da gestão coletiva do espaço, da ação contra-hegemônica no processo de luta social e, consequentemente, da produção do espaço, que inserimos a Ocupação Manoel Congo no movimento de construção de espaços de

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1212357/CA

autonomia, aonde os indivíduos, na produção de um espaço coletivo, são estimulados a tomarem consciência de si mesmos em relação ao mundo, possibilitando uma ação ao mesmo tempo de resistência e criação.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1212357/CA